CAPÍTULO V

Dos enfermeiros

Art. 75.º Ao enfermeiro e enfermeira cabe a responsabilidade na orden, sossêgo e asseio de suas enfermarias e aposentos anexos e tem por obrigação principal o tratamento e curativo dos doentes a seu cargo, segundo as prescrições dos facultativos.

Art. 76.º Tem a obrigação de residir dentro do hospital ou suas dependências, sendo-lhe proibido sair das respectivas enfermarias, excepto para objecto de serviço, sem licença, e jámais sairão todos à mesma hora.

§ único. Tem direito a alojamento, água e luz.

Art. 77.º O enfermeiro tem a seu cargo a responsabilidade da guarda e limpeza dos instrumentos cirúrgicos do Hospital, assim como a guarda de roupas, todos os utensílios e artigos que estiverem a uso fora do arquivo da secretaria.

§ único. O enfermeiro deverá fazer a escrituração diária do livro de doentes e enviar, para a secretaria, a nota das dietas para o dia seguinte.

CAPÍTULO VI

Dos praticantes

Art. 78.º É permitida a admissão no Hospital de indivíduos que desejem habilitar-se para o lugar de enfermeiros.

§ 1.º Estes indivíduos tem a denominação de praticantes e servem gratuitamente, fornecendo a comissão administrativa do Hospital comida e cama aos que provarem que delas necessitam pela sua pobreza.

§ 2.º O número de praticantes subsidiados, porém, nunca poderá ser superior a dois.

Art. 79.º Para a admissão na classe de praticantes, é indispensável ter a idade de catorze anos completos e, pelo menos, o exame de instrução primária de 2.º grau.

Art. 80.º Os praticantes subsidiados pelo Hospital são obrigados a servir por espaço de dois anos, não lhes sendo permitido despedir-se sem terminarem este prazo.

§ 1.º Para se poder tornar efectiva esta disposição, será exigido aos praticantes subsidiados, fiador idóneo que se responsabilize pela despesa que o Hospital tenha feito com elles.

§ 2.º Exceptuam-se, porém, os casos excepcionalíssimos de força maior, que obriguem o praticante a deixar o seu lugar, não podendo então exigir-se a responsabilidade ao fiador.

Art. 81.º Ao praticante que tiver mais de quatro anos de bom e efectivo serviço e bom comportamento devidamente comprovado, que deseje continuar no Hospital arbitrará a comissão, do caso de julgar conveniente a sua permanência, uma gratificação pecuniária mensal.

CAPÍTULO VII

Dos serventes

Art. 82.º Haverá no estabelecimento os criados, criadas e serventes que forem precisos para a boa regularidade do serviço, podendo a comissão nomeá-los ou despedi-los quando não satisfaçam.

§ 1.º O seu número e respectivos vencimentos, depois de fixados pela comissão, constará do orçamento do Hospital.

§ 2.º Um destes serviços é o cozinheiro do estabelecimento, a quem a administração fornecerá casa e alimentação com uma ração diária por ela indicada.

TÍTULO VI

Disposições gerais e transitórias

Art. 83.º Os empregados do estabelecimento são obrigados a cumprir todas as disposições dos regulamentos internos.

Art. 84.º A comissão administrativa do Hospital irá

todos os anos adquirindo, segundo as indicações dos médicos, todos os instrumentos e aparelhos cirúrgicos que o serviço exigir.

Art. 85.º Em qualquer caso omissivo neste regulamento o secretário ou presidente providenciará, sendo caso urgente, e fora disso depois de ouvirem a comissão, tendo sempre em vista a lei geral administrativa.

Art. 86.º O mandato da actual comissão termina em 1 de Janeiro de 1917, continuando, porém, em exercício, até que lhe seja notificada a nomeação da nova comissão, em harmonia com o § 2.º do artigo 7.º do presente regulamento.

Paços do Governo da República, em 30 de Agosto de 1915.—O Ministro do Interior, *José Augusto Ferreira da Silva*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Majoria General da Armada

1.ª Repartição

3.ª Secção

PORTARIA N.º 463

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, passar ao estado de completo desarmamento o cruzador *República*.

Dada nos Paços do Governo da República e publicada em 30 de Agosto de 1915.—O Ministro da Marinha, *José de Castro*.

MINISTÉRIO DO FOMENTO

Direcção Geral da Agricultura

Secção do Fomento Commercial

DECRETO N.º 1:854

Considerando que é indispensável atender sem demora ao abastecimento de trigo na Ilha da Madeira;

Tendo-se verificado pelas cotações do trigo nos mercados de New-York e Buenos Aires a impossibilidade de dar execução ao disposto no artigo 38.º do decreto regulamentar de 26 de Julho de 1899;

Considerando que dadas as imperiosas circunstâncias occorrentes, devidas à conflagração europeia, é de toda a conveniência facilitar, tanto quanto possível, no distrito do Funchal, a importação de trigo exótico, género de primeira necessidade para a alimentação pública; e

Tendo de dar-se cumprimento ao disposto no artigo 6.º do decreto de 23 de Dezembro de 1899:

Hei por bem, sob proposta dos Ministros das Finanças e do Fomento, decretar o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a importação de 9.000:000 de quilogramas de trigo exótico para consumo público no distrito do Funchal.

Art. 2.º A importação de trigo a que se refere o artigo anterior é permitida a todos os fabricantes de farinhas e negociantes de cereais, matriculados, que tenham residência no distrito do Funchal.

Art. 3.º O rateio pelos negociantes e fabricantes de farinhas matriculados, do trigo que haja de ser importado nos termos deste decreto, será feito segundo a tabela seguinte.

Art. 4.º É fixado em \$00(01) por quilograma, o direito do trigo a importar em virtude do preceituado no artigo 1.º deste diploma.

Os Ministros das Finanças e do Fomento assim o tenham entendido e façam executar. Dado nos Paços do Governo da República em 28, e publicado em 30 de Agosto de 1915.—*Joaquim Teófilo Braga*—*Vitorino Mázimo de Carvalho Guimarães*—*Manuel Monteiro*.